

## O Desenvolvimento Local Através dos Megaeventos Esportivos: Rio 2016

Silvestre Cirilo dos SANTOS NETO  
PPGEN – UFRRJ  
[silvestrecirilo@yahoo.com.br](mailto:silvestrecirilo@yahoo.com.br)

Cezar GUEDES  
PPGEN – UFRRJ  
[cguedes@ufrj.br](mailto:cguedes@ufrj.br)

Marcos Aguiar de SOUZA  
PPGEN – UFRRJ  
[maguiarsouza@uol.com.br](mailto:maguiarsouza@uol.com.br)

### Resumo

O presente artigo relaciona o desenvolvimento local e os megaeventos esportivos em função de uma década que se inicia marcada por grandes eventos esportivos, tendo o município do Rio de Janeiro como protagonista. Entretanto, esse protagonismo deve ser revertido em acesso à população, responsável por pagar a conta desses eventos. O fio condutor do artigo são os Jogos Olímpicos Rio 2016. Com a realização desse evento, a cidade terá um aporte de investimentos como nunca visto anteriormente. A fundamentação teórica engloba o desenvolvimento local, através do seu conceito e suas características principais. Em relação aos megaeventos esportivos, é apresentada a sua definição e é apresentada uma discussão sobre o desenvolvimento das cidades que já sediaram os Jogos Olímpicos, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e os impactos gerados para a população e o governo local. A metodologia é pautada numa pesquisa bibliográfica, sendo do tipo básica. A discussão apresenta um viés do desenvolvimento local a partir dos dados obtidos para o estudo e, que, independente do período de investimento em relação à realização dos Jogos Olímpicos, a curva de investimentos e efeitos desses investimentos não se difere. Em relação ao impacto econômico, apresenta-se uma figura apresentando as 4 fases do impacto econômico, desde a candidatura local até o pós-evento, assim como é abordada a questão do planejamento estratégico para tornar eficaz o montante investido e o retorno para a população desse investimento. As considerações finais relatam que o megaevento é um facilitador do desenvolvimento local, mas que deve ser observada a questão da parcela da população que terá acesso aos investimentos providos através do megaevento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Local, Megaevento Esportivo, Rio 2016.

### Abstract

This article relates the local development and the mega sports events in terms of a decade beginning marked by mega sports events, and the municipality of Rio de Janeiro as the protagonist. However, this role should be reversed on access to population, responsible for paying the bill for these events. The thread of the article are the Olympic Games Rio 2016. With the completion of this event will have an inflow of investments like never before. 7 ongoing projects in the state of Rio de Janeiro, with BNDES financing, five are located in the capital. The theoretical framework includes the local development through its concept and its main features. Regarding the mega sports events, is presented and its definition is a discussion on the development of cities that have hosted the Olympics, especially with regard to economic development and the impacts to the population and local government. The

methodology is based on a literature survey. The discussion presents a bias of local development based on data obtained for the study, and that regardless of the investment period for the Olympic Games, the investment curve and effects of these investments do not differ. Regarding economic impact, it presents a picture showing the four phases of the economic impact from the application site until the post-event, as we approach the issue of strategic planning to make effective amount invested and the return to the population of that investment. The final considerations relate to the mega event is a facilitator of local development, but that should be noted the issue of population that have access to investment provided through the mega event.

**Key-words:** Local Development; Mega Sports Events; Rio 2016

## 1. Introdução

O município do Rio de Janeiro é o principal aporte para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Em consulta a Plataforma BNDES (2010), constatou-se que de 7 projetos que envolvem o Estado do Rio de Janeiro, 5 estão localizados na capital. De um montante de R\$ 874.001.301,00 investidos pelo BNDES no Estado do Rio de Janeiro, 63,49% estão concentrados no município do Rio.

E, nessa década que se inicia, com uma projeção de realização de megaeventos esportivos, há uma previsão de aumento nessa equação favorável a capital. De acordo com reportagem veiculada pela Revista Pulpito,

a quatro anos da Copa do Mundo no Brasil e a seis da Olimpíada do Rio de Janeiro, os investimentos internos e externos já começaram. Estudos preliminares, obtidos pela Agência Brasil, indicam que apenas a realização dos Jogos Olímpicos criará um impacto de R\$ 90 bilhões somente na capital fluminense. Esses investimentos podem gerar a partir de 2016 cerca de 120 mil empregos diretos e indiretos por ano, número que pode chegar a 130 mil depois de 2017. (COPA DO MUNDO E OLIMPÍADA GERAM INVESTIMENTO, 2009)

Sendo assim, visualiza-se um rápido crescimento no valor dos investimentos na capital fluminense em um curto espaço de tempo. Em 2007, o país foi escolhido sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, sendo uma das sedes no Estado do Rio de Janeiro. Em 2009, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Ou seja, num espaço de tempo de 7 anos, o investimento e o pretense desenvolvimento da cidade acontecerá numa proporção sem precedentes. Em relação a estes megaeventos, a FIRJAN (2009, p.16) afirma que os “eventos futuros de grande porte movimentarão a economia do Estado”.

De acordo com a FIRJAN (2009), o município do Rio de Janeiro receberá um investimento da ordem de R\$ 4.100.000.000,00 no período compreendido entre 2010 e 2012. Esse montante está dividido entre a indústria naval, o desenvolvimento urbano, o setor de transporte e logística, hospedagem e saneamento básico. Assim como, alguns dos investimentos tem como objetivo aumentar o fluxo de turistas como sinalizado pela FIRJAN (2009, p.54): “o cenário desejado pelos empresários é de que o Estado consiga, em 2015, receber o mesmo número de turistas que Nova Iorque recebe anualmente”.

Todo esse cenário reverte para um desenvolvimento local, que para Buarque (1999, p.9) é “um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da

população”. Para Kronemberger et al. (2005, p.46-7) “endógeno é palavra chave neste conceito e significa que a motivação para o desenvolvimento tem origem na comunidade, através da mobilização dos principais atores atuantes no território, aproveitando as possibilidades locais”.

No entanto, Buarque (1999, p.35) relata que o “planejamento é uma *ferramenta de trabalho* utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a realização dos objetivos de uma sociedade, com os menores custos e no menor prazo possíveis”. Ou seja, além da mobilização dos atores locais, o planejamento é peça fundamental nesse processo de construção do desenvolvimento local.

Vaz e Caldas (2006, p.1) relatam que “tipos diferentes de iniciativas sucedem-se, experiências são iniciadas e desaparecem. Algumas vezes as experiências permanecem, mas seus nomes e seus significados são alterados. Ao fim há sempre a impressão de que tudo foi tentado e nada frutificou”. Tal afirmação nos indica a necessidade da construção de uma política de estado para o desenvolvimento local, e não uma política de governo. Por outro lado, Martins e Caldas (2004, p.1) afirmam que,

o desenvolvimento local é um tema controverso e pouco consensuado, tanto no Brasil quanto no debate internacional. Não é apenas controverso em termos conceituais, mas também metodológico. Assim colocado, tentativas de avaliar ou medir o desenvolvimento econômico produzido pelas intervenções locais torna-se uma tarefa, no mínimo, difícil.

Sendo assim, o debate recai sobre a grande discussão que atravessa fronteiras sobre a capacidade dos megaeventos esportivos de serem condutores do desenvolvimento local. Preuss (2002, p.5) relata que,

a dimensão econômica dos Jogos Olímpicos não pode ser determinada por um único valor, nem por um tendência através de comparação de vários jogos. Por um lado, a dimensão econômica depende do motivo da cidade para sediar os Jogos, por outro lado, depende fortemente do nível de desenvolvimento e tamanho da cidade anfitriã. Cidades menores e/ou menos industrializados devem investir muito mais em sua infraestrutura do que as cidades maiores.

A questão central do presente estudo é: **Como é possível o desenvolvimento local através de megaeventos esportivos?** O objetivo desse estudo é o de identificar como e quando o desenvolvimento local ocorre através da realização de megaeventos esportivos. Para atingir esse objetivo, será feita uma pesquisa bibliográfica dessas 2 disciplinas, levando em conta a conceituação e o viés estudado em relação aos megaeventos esportivos e os resultados alcançados no tocante do desenvolvimento.

## 2. Fundamentação Teórica

### 2.1 – Desenvolvimento Local

Conforme citado por Tenório (2007, p.71),

o desenvolvimento local tem sido tema freqüente de preocupações de acadêmicos, planejadores, políticos, enfim, daqueles que direta ou indiretamente envolvem-se com as constatações de carências e de estreiteza da base socioeconômica de territórios delimitados em espaços regionais ou sub-regionais.

Nesse sentido, busca-se uma discussão à luz dos conceitos propostos ao desenvolvimento e a sua vertente desenvolvimento local.

Fernandes (1994, p.174) *apud* Tenório (2007, p.71) relata que o “desenvolvimento equivale às possibilidades de realizar os requisitos ideais da ordem social competitiva ou da ordem social planejada”. Nessa percepção, o desenvolvimento recai sobre o viés econômico, através de sua diferenciação e visando a modernização tecnológica, industrialização e na elevação de capacidades de consumo. (FERNANDES (1994) *APUD* TENÓRIO (2007)).

Entretanto, Tenório (2007, p.72) afirma a existência de correntes defensoras “que o desenvolvimento tem muitas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica, que mantêm, umas em relação às outras, um relativo grau de autonomia”.

Por outro lado, Furtado (2009, p.25) busca entender o desenvolvimento no seu viés econômico e explica que “numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e se utiliza o produto social”. Tal visão une as formulações abstratas na compreensão da análise dos mecanismos ao plano histórico, que abrange estudos críticos confrontando com determinada realidade. (FURTADO, 2009).

O próprio Furtado (2000, p.7) *apud* Tenório (2007, p.72) conceitua o desenvolvimento como sendo “o processo de invenção cultural que permite ver o homem como um agente transformador do mundo”.

Tenório (2004, p.1) afirma que “a partir da década de 1990 a questão do desenvolvimento passou a ser discutida através do “local”, ou seja, como empreender iniciativas de desenvolvimento a partir de características, vocações e apelo local”. O mesmo Tenório (2007, p.72) explica que “de uma maneira geral, a intervenção estatal atrelava-se à renúncia fiscal e a dispêndios financeiros explícitos, afora as medidas de regulação e controle”.

Como observado no exposto acima, em relação ao desenvolvimento, não foi encontrado um consenso sobre o seu conceito e aplicação e, sendo assim, Tenório (2007, p.73) afirma que “novos conceitos surgem, entre os quais se destaca o de desenvolvimento local, que procura reforçar a potencialidade do território mediante ações endógenas, articuladas pelos seus diferentes atores: sociedade civil, poder público e o mercado”.

Em relação ao conceito de desenvolvimento local, Tenório et al. (2004, p.2) relata que o conceito vem sendo considerado “como um processo de desenvolvimento centrado num território concreto em que os protagonistas são uma pluralidade de atores que ocupam determinadas posições no espaço social e que estabelecem relações em função de metas e projetos comuns”.

O IBAM (2005, p.7) entende que para acontecer o desenvolvimento econômico e urbano “o desenvolvimento local depende da capacidade de integrar os recursos disponíveis e potenciais de um dado território, mobilizando-os de forma sustentável para a satisfação das necessidades e equacionamento dos problemas básicos de sua população”. Enquanto que, Tenório (2007, p.85-6) explicita que “esse modelo de desenvolvimento vem sendo usualmente associado ao conceito de território”. E, território, nesse caso, é definido por Fischer (2002, p.13) *apud* Tenório (2007, p.86) como sendo “(...) relacionado a várias escalas de poder, consideradas isoladamente ou em conjunto, em um ou mais territórios”.

Buarque (1999, p.9) informa que o desenvolvimento local “representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas”, o que Tenório (2007, p.86) complementa, ao afirmar que “normalmente o projeto territorial é guiado por uma atividade/ação dominante, quase sempre de cunho econômico, mas não exclusivamente; e em torno dela, ou além dela desenvolvem-se outras atividades, que beneficiam mais pessoas e novos ambientes”.

Segundo Abramovay (1999) *apud* Tenório (2007, p.86),

para serem considerados territoriais, os projetos ultrapassam os limites municipais e não se restringem a uma única atividade/ação. Importa destacar que no planejamento e execução do projeto territorial, ainda que se busquem consensos, quase sempre predominam os interesses de um grupo ou uma categoria social, de forma que cada território apresenta características ímpares, com diferentes impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais.

Para Franco (2000) *apud* Tenório (2007), o desenvolvimento num viés territorial transcende as vantagens ou obstáculos geográficos de localização. O autor vai além, ao dizer que a dimensão territorial do desenvolvimento busca compreender a preocupação no entendimento e apoio a construção de redes e convenções que permitam o enriquecimento do tecido social de uma determinada localidade.

Enquanto isso, no viés econômico, Amaral Filho (1999) *apud* Tenório (2007, 87) há um entendimento do desenvolvimento local como

um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões, e conseqüentemente a ampliação do emprego, do produto e da renda.

Fischer (2002) *apud* Tenório (2007, p.88-9) condiciona o desenvolvimento local enquanto orientação para a competição e para a cooperação. Enquanto que, na orientação voltada à competição, o determinante é a economia, onde o mercado é o privilegiado. Já na orientação voltada à cooperação, há um enfoque voltado a qualidade e a cidadania, que permite a inclusão das classes menos assistidas, assim como impõe limites ao desenvolvimento econômico através dos imperativos não-econômicos.

Tenório (2007, p.89) ainda afirma que “do ponto de vista de uma dimensão mais ampliada, o desenvolvimento local é resultado de mudanças estruturais”. Mudanças estas, que vem ocorrendo desde os anos 1990 do século XX com o advento do neoliberalismo por parte da União e que, acabou impondo o estabelecimento de estratégia no sentido do desenvolvimento, que antes apresentava um cunho regional, passar a ser discutido no âmbito local. (TENÓRIO, 2007).

Em relação a esta nova vertente de desenvolvimento, Tenório (2007, p.98) afirma que

a favor dessa nova ênfase no desenvolvimento tem-se o fato de que os desafios locais impulsionam a sociedade para, em conjunto com a diversidade de atores institucionais que a integram, traçar metodologias que fortaleçam suas capacidades na solução de problemas. Para tanto, e contraditoriamente à posição neoliberal, é

imprescindível o fortalecimento das capacidades do Estado – nas esferas federal, estadual e municipal – e dos atores sociais coletivos, no âmbito local, de modo a se promover articulação entre todos, visando à instituição e à gestão de políticas públicas sob orientação deliberativa.

Entretanto, Martins e Caldas (2004, p.1) afirmam que

o desenvolvimento local é um tema controverso e pouco consensuado, tanto no Brasil quanto no debate internacional. Não é apenas controverso em termos conceituais, mas também metodológico. Assim colocado, tentativas de avaliar ou medir o desenvolvimento econômico produzido pelas intervenções locais torna-se uma tarefa, no mínimo, difícil.

Tal afirmação corrobora algumas afirmações expostas acima, principalmente em relação aos conceitos e a forma de se trabalhar o desenvolvimento local. Assim como, Martins e Caldas (2004, p.2) relatam que,

a noção que o desenvolvimento local também apresenta vários significados, comportando as diferentes dimensões em que se exerce a cidadania e que tem condições de criar um espaço de interação dos cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do que é público. Essa concepção não admite modelos paradigmáticos de desenvolvimento local.

Ou seja, deve-se ter cuidado ao basear-se em conceitos ou receitas de desenvolvimento local. Deve-se apurar as linhas gerais da academia e observar as especificidades locais, dando ênfase no planejamento, nas oportunidades e recursos disponíveis. Em relação ao exposto anteriormente, Buarque (1999, p.9-10) relata que, mesmo constituindo “um movimento de forte conteúdo interno, o *desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa*, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas”.

Buarque (1999, p.10) também afirma que,

mesmo quando decisões externas – de ordem política ou econômica – tenham um papel decisivo na reestruturação sócio-econômica do município ou localidade, o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo.

## **2.2 – Megaeventos esportivos**

Hiller (2000, p.439) define megaevento como sendo “eventos de alto nível, de curta duração, como os Jogos Olímpicos e Feiras Mundiais, e são geralmente pensados em termos de turismo e seus impactos econômicos”.

Em relação aos Jogos Olímpicos, Hiller (2006, p.317) relata que “existe um consenso considerável que os Jogos Olímpicos não são só sobre esporte, mas são também sobre política e economia. Não era até recentemente, mas torna-se cada vez mais claro que os jogos são também sobre cidades”.

O próprio Hiller (2006, p.317) vai além, e afirma que “o primeiro sinal deste fato vem de líderes da cidade que não pensam os Jogos Olímpicos como esporte, mas como uma oportunidade para realizar os itens em sua própria agenda urbana”.

Barghchi *et al.* (2009, p.460) afirma que “atualmente, a criação de instalações esportivas podem moldar novas cidades ou regenerar áreas decadentes de antigas cidades”. No caso dos Jogos Olímpicos do Rio 2016, tal afirmação cabe mais ao projeto de revitalização do Porto e as melhorias previstas para o transporte, quando pensamos em relação à regeneração de cidades antigas.

Quando falamos em desenvolvimento através de construções esportivas, espera-se uma reflexão a partir da relação existente entre o investimento feito e os efeitos positivo e negativo. Não há como se abster da discussão em torno da melhoria proporcionada em relação aos aspectos político, social, econômico entre outros, assim como a questão relativa à segurança. Porém, o investimento público geralmente é alto e, nem sempre, há uma justificativa suficiente para tal financiamento. (BARGHCHI *et al.*, 2009).

O próprio Barghchi *et al.* (2009, p.461), afirma que a “literatura sobre os impactos não econômicos é muito pequena e pouco desenvolvida” ou seja, toda cautela sobre o assunto é necessária e deve vir acompanhada de um detalhado planejamento acerca dos impactos gerados pelo megaevento.

Preuss (2002, p.5) destaca que,

jogos caros ou baratos tem que ser distinguidos. Os jogos são caros se são requeridos investimentos extensivos em infraestrutura de tráfego, sistemas de comunicação, habitação e construção de instalações esportivas. (...) Os jogos são baratos se o custo limita-se a organização dos jogos em si.

Como exemplo, temos Sidnei, Barcelona, Seul, Montreal e Munique, que investiram grandes quantias de dinheiro na construção de instalações esportivas contrapondo às cidades de Los Angeles e Atlanta, que construíram poucas instalações esportivas, preferindo utilizar as já existentes, apenas adequando-as as necessidades dos Jogos. Barcelona e Seul usaram os Jogos para grandes melhorias na infraestrutura da cidade, enquanto que Munique, Montreal e Atenas desenvolveram apenas partes da cidade. (PREUSS, 2002).

Em relação às cidades estadunidenses, Burbank *et al.* (2002, p.180) descreve que a política de desenvolvimento local nas cidades americanas “é tradicionalmente invocada sobre a utilização dos incentivos fiscais ou investimentos em infra-estrutura para seduzir novos negócios ou encorajar a expansão das existentes”. Sendo assim, o exposto acima vai ao encontro, em relação às cidades de Los Angeles e Atlanta, da política de desenvolvimento local estadunidense.

Segundo Burbank *et al.* (2002, p.181),

ser sede de um evento *premium* é desejável como uma promoção estratégica do crescimento porque os governantes da cidade podem reivindicar o crédito pela geração de receitas vindas do turismo, reforço da imagem da cidade e talvez até mesmo da remodelação da estrutura física da cidade.

Tal fato nos leva a afirmação de Hiller (2006, p.318) sobre a transformação urbana através de megaeventos: “as cidades costumam usar os Jogos Olímpicos para realizar outros objetivos que possam apoiar os Jogos, mas que apresentam maior valor a longo prazo”.

No entanto, essas transformações nem sempre acompanham as necessidades futuras das cidades, sendo quase sempre super dimensionadas para a realidade local. (HILLER, 2006). Um claro exemplo da questão levantada por Hiller foi a construção dos estádios para a Copa do Mundo de Futebol na África do Sul. Em decorrência da organização e da popularização do futebol naquele país, as estruturas construídas serão subutilizadas nos próximos anos.

Para Preuss (2002, p. 5),

a dimensão econômica dos Jogos Olímpicos não pode ser explicada unicamente por meio do financiamento dos Jogos e dos investimentos necessários em infra-estrutura. Dois benefícios essenciais a longo prazo, e menos considerados, para a cidade sede dos Jogos Olímpicos são a melhoria da sua imagem e à criação de um nível superior de consciência. Estas alterações podem estimular o turismo e trazer argumentos decisivos para uma cidade a ser escolhida como um local para a fixação da indústria.

Sterken (2006, p.375) chama a atenção sobre “uma questão importante para as cidades-sede (e, conseqüentemente, para as autoridades nacionais), que é, se os efeitos adicionais do crescimento econômico, pode ser derivada de uma organização eficiente do evento”. Preuss (2007, p.207) afirma que,

os megaeventos suportam os riscos da criação de excedentes de custo e, nem todos são provenientes de legados positivos, e nem podem ser inteiramente planejados. Não obstante isso, os políticos seguem ‘estratégias de evento’, porque megaeventos podem também difundir o espírito geral de otimismo, criar visões combinadas, atrair recursos externos e acelerar o desenvolvimento da cidade.

### 3. Metodologia

O presente estudo, do ponto de vista técnico, é uma pesquisa bibliográfica que, segundo Silva (2001, p.21) é a pesquisa “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet”. Além disso, trata-se de uma pesquisa do tipo básica, pois, segundo Roesch (2009, p.60) “o propósito é entender como o mundo opera; procura-se basicamente entender e explicar fenômenos”.

Este estudo foi construído a partir de leituras de textos de periódicos nacionais e internacionais, assim como da leitura de livros e reportagens sobre o tema pesquisado.

### 4. Discussão

Os Jogos Olímpicos, que terão início em 05 de agosto de 2016 apresentam números tão grandes quanto o tamanho do evento. Cerca de 205 CON (Comitês Olímpicos Nacionais) e mais de 10.500 atletas são esperados para a disputa de 28 modalidades olímpicas e 22 paraolímpicas. O valor médio dos ingressos é de U\$ 36 para os 7 milhões de ingressos postos

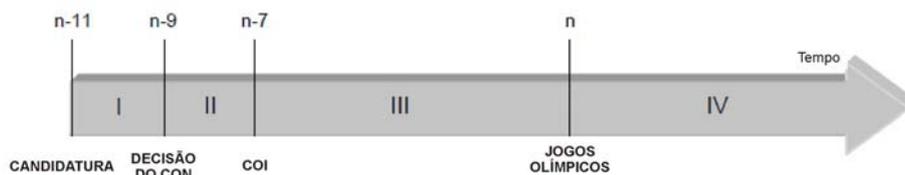
a venda. Em relação as instalações esportivas, serão 34, onde 18 já estão em funcionamento. Dessas, apenas 26% serão feitas exclusivamente para os Jogos Olímpicos 2016, devido as competições também sediadas na cidade, como, por exemplo, o Rio 2007, os Jogos Mundiais Militares e a Copa do Mundo de futebol. A Vila Olímpica terá uma área de 750 mil m<sup>2</sup>, ficando a cerca de 25 minutos da maioria das instalações esportivas. Conterá com 17.700 camas e o refeitório terá capacidade para atender a 5.500 pessoas simultaneamente. Já, quando o assunto é o meio ambiente, foi montado um plano estratégico, onde até 2016 serão plantadas 24 milhões de árvores, sendo 3 milhões na Floresta da Tijuca, proporcionando um evento neutro em emissão de carbono. Na parte de infraestrutura aérea, a capacidade do Aeroporto Internacional Tom Jobim, na Ilha do Governador, será da ordem de 120 mil toneladas. Enquanto que a demanda de energia será de 4900 MW, onde 93 MW serão utilizadas somente nas construções olímpicas (O EVENTO, 2011).

Hiller (2006, p.318) pergunta-se “como é que a agenda olímpica impacta o ambiente em construção das cidades, numa base de longo prazo, e como essas estruturas são adaptadas para o uso de longo prazo?”.

Ainda no caminho da questão de Hiller, Preuss (2002, p.7) relata que a “preparação para sediar os Jogos Olímpicos é um esforço enorme da adoção de infraestrutura da cidade para as necessidades do evento”. Nesse sentido, percebe-se que a realização de um megaevento esportivo vai além do evento em si, sendo ele o fator gerador a toda uma mudança necessária à realização do evento e, que deixará o legado pretendido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) à cidade.

Preuss (2002, p.7) afirma que “os efeitos econômicos começam durante o processo de candidatura e aumentam consideravelmente durante a fase de preparação”. (Figura 1).

**Figura 1 – Fases do impacto econômico dos Jogos Olímpicos**



Fonte: Adaptado de Preuss (2002, p.8)

Preuss (2002, p.8) relata que “o tamanho dos impactos econômicos são diferentes de Jogos para Jogos porque as condições e objetivos de cada cidade variam”. No quadro 1, observa-se a linha do tempo dos impactos econômicos.

Preuss (2002) relata que os diferentes aportes de investimento podem ser ilustrados com os exemplos de Barcelona, Sidnei e Pequim.

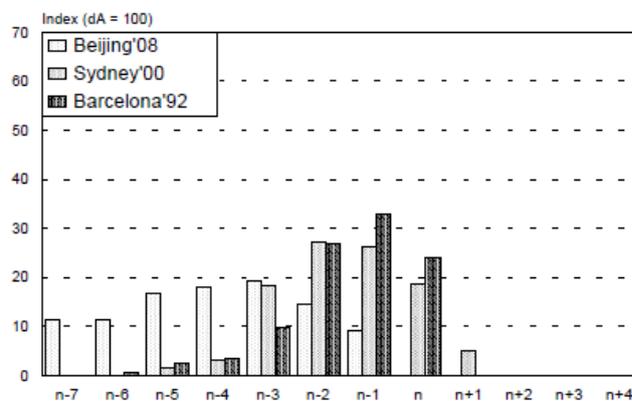
### Quadro 1 – Linha do tempo dos impactos econômicos

| ANO<br>n = ano Olímpico | Situação  | Impacto<br>(fig. 1) |
|-------------------------|---|---------------------|
| n-11                    | <b>Candidatura – Decisão do CON</b><br>Primeiro a cidade apresenta os estudos de viabilidade. Se, por um lado, o dinheiro é gasto para a realização dos estudos, por outro lado, projetos urgentes são iniciados devido ao fato de que os estudos mostraram déficits na estrutura. Em alguns países, como EUA ou muitas cidades da Alemanha que estão planejando a oferta para 2012, já em 2003 (n-9) a cidade recebe nomeados pelo CON para a candidatura internacional (IOC 2003, § 37, 2). | Impacto I           |
| n-9                     | <b>Decisão do CON – Decisão do COI</b><br>A cidade candidata tem que provar que pode alcançar os padrões olímpicos. Há uma análise do custo-benefício e a confecção da proposta de candidatura. Outras atividades são a de iniciar a construção de projetos, o suporte a família Olímpica e a promoção de eventos internacionais, com o intuito de provar a motivação para a fase dos Jogos Olímpicos e alcançar o consentimento político.  | Impacto II          |
| n-7                     | <b>Escolha para ser sede dos Jogos Olímpicos</b>  |                     |
| N                       | <b>Decisão do COI – Jogos Olímpicos</b><br>Construção de Instalações esportivas e infra-estrutura, assim como a preparação para os Jogos.   | Impacto III         |
| n+?                     | <b>Jogos Olímpicos - ?</b><br>Uso da estrutura e o início do acompanhamento dos impactos, a atração de novas indústrias e a influência nos efeitos do turismo.  | Impacto IV          |

Fonte: Adaptado de Preuss (2002, p.8)

Na figura 2, pode-se observar os investimentos feitos pelas 3 cidades citadas acima, e com exceção de Sidnei, os investimentos cessaram no ano de realização dos Jogos Olímpicos. A cidade de Sidnei apresentou investimento no ano imediatamente posterior a realização dos Jogos.

**Figura 2 – Investimentos para os Jogos Olímpicos de Barcelona, Sidnei e Pequim (1992, 2000 e 2008, respectivamente).**

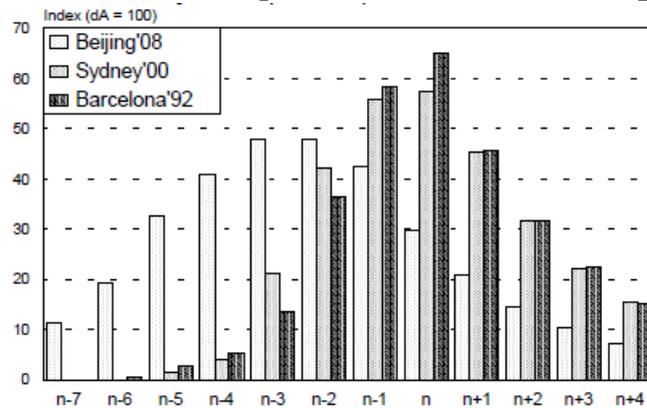


Fonte – Preuss (2002, p.9)

Já na figura 3, têm-se os efeitos causados pelos investimentos gerados a partir da escolha da cidade como sede dos Jogos Olímpicos. Barcelona e Sidnei apresentaram maior

índice desses efeitos no ano de realização dos Jogos, enquanto que Pequim apresentou o maior índice 2 anos antes dos Jogos Olímpicos.

**Figura 3 – Efeitos multiplicadores dos investimentos para os Jogos Olímpicos de Barcelona, Sidnei e Pequim (1992, 2000 e 2008, respectivamente).**



Fonte – Preuss (2002, p.9)

Na comparação das 2 figuras, evidencia-se que os efeitos causados pelos investimentos acompanham o tempo de ação dos investimentos feitos pela cidade. Nota-se que para os Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, a cidade atingiu seu maior índice de investimento quando faltavam 3 anos para a realização dos Jogos e, na figura 3, observa-se que os efeitos desses investimentos começam a declinar quando faltava 1 ano para os Jogos propriamente ditos.

No entanto, Barcelona e Sidnei, tiveram seu maior índice de investimento faltando 1 e 2 anos, respectivamente, sendo que os efeitos desses investimentos perduraram por 2 anos em Sidnei, até que começasse o declínio e 1 ano, no caso de Barcelona.

A grande questão para o investimento que maximize o retorno e seus efeitos para a cidade-sede passa pelo planejamento estratégico. Tal planejamento é definido por Roche (2002, p.25) como sendo:

o processo pelo qual uma organização, uma vez realizada a análise do ambiente no qual se encontra e definidos seus objetivos a médio e longo prazo, elege (seleciona) as estratégias mais adequadas para atingir seus objetivos e define os projetos a serem executados para o desenvolvimento dessas estratégias. Todo o processo estabelecendo um sistema de acompanhamento e atualização permanente que adapte os citados objetivos, estratégias e programas às possíveis mudanças, externa e internas, que afetam a organização.

Roche (2002, p. 26) cita que “o planejamento estratégico tem relação com a previsão do futuro”. Logo, para a maximização dos recursos tangíveis e intangíveis de um megaevento é necessário a construção de um detalhado planejamento estratégico, haja vista que num evento do porte dos Jogos Olímpicos, os prazos são bem definidos, não havendo espaço para demasiada flexibilidade. Bryson (1988) *apud* Roche (2002, p.26) acrescenta que “o planejamento estratégico é uma inovação na direção que possivelmente persistirá, porque, diferentemente de muitas outras inovações recentes, aceita e baseia-se na natureza dos processos de decisão política”.

Em relação as características do planejamento estratégico, vale ressaltar 4 deles: globalidade, realismo, flexibilidade e continuidade.

Em relação a globalidade, Roche (2002, p.29) revela que “o planejamento estratégico é sempre global em relação a uma organização ou entidade”. Sendo assim, cabe aos governantes tratar um megaevento como os Jogos Olímpicos, como uma política de Estado e não de governo, pois só assim o cronograma previsto poderá ser efetivado durante os 7 anos entre a escolha da cidade-sede e a realização dos Jogos Olímpicos. Em relação ao Rio 2016, o município do Rio de Janeiro periodicamente apresenta mudanças ao planejamento apresentado ao COI por conta da sua candidatura, o que pode ocasionar atrasos na execução das obras e diminuir a confiança das autoridades internacionais em relação a capacidade de “cumprir o combinado”, assim como gerar dúvidas sobre futuros investimentos.

O realismo contrapõe a globalidade no que diz respeito a motivação para o cumprimento do que foi planejado. Roche (2002, p.30) cita que,

o planejamento estratégico deve ser realista, ou, ao menos, utilizar a realidade como ponto de referência. É normal, na hora de planejar confundir os objetivos “desejáveis” com os objetivos “possíveis” (...) Encontrar o ponto ideal de realismo não é fácil. De fato, objetivos ideais podem dar a ilusão e motivação a princípio, porém, quando a prática demonstra que tais objetivos são inalcançáveis, o planejamento é colocado de lado e provavelmente abandonado.

Na construção da proposta de candidatura é normal que as cidades procurem ser o mais realista possível, pois tudo o que foi explicitado no projeto será verificado *in loco*. Em relação ao Rio 2016, algumas mudanças foram propostas após a escolha da cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, fazendo do planejamento inicial um artefato dinâmico. Porém, o COI vem rechaçando algumas das mudanças sugeridas por fugir do foco apresentado inicialmente.

Nesse enfoque, temos a flexibilidade, que suporta as mudanças referentes à característica realismo. Roche (2002, p.30) relata que “o planejamento estratégico caracteriza-se por sua flexibilidade, ou seja, por sua capacidade de adaptação às mudanças do ambiente, às situações favoráveis ou desfavoráveis que podem ocorrer”. Nesse sentido, gera-se o desenvolvimento das potencialidades criativas que estabelece condições como a atualização contínua e permanente (ROCHE, 2002) e, que suporta a próxima característica abordada aqui.

A continuidade é definida por Roche (2002, p.30) como sendo dentro do planejamento estratégico,

um processo contínuo no tempo. Se é certo que de um ponto de vista metodológico o planejamento estratégico formal recomenda prazos e períodos definidos para o seu desenvolvimento, em realidade todas as ações a desenvolver nesses prazos e períodos devem estar alinhavadas para garantir a continuidade do processo.

Esse, talvez, seja o maior obstáculo encontrado em investimentos de ordem pública, haja vista que o cumprimento de prazos e períodos pressupõe datas, que geralmente são estabelecidas no projeto inicial. O não cumprimento dessas datas acarreta na oneração dos custos iniciais levantados.

Contrapondo essa discussão, tem-se a questão do desenvolvimento local e, se um megaevento é capaz de auxiliar o desenvolvimento das capacidades inerentes ao desenvolvimento local.

## Quadro 2 – Características do desenvolvimento local

1. Capacidade de integrar os recursos disponíveis e potenciais de um dado território através de ações endógenas.
2. Satisfação das necessidades e equacionamento dos problemas básicos.
3. Transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local.
4. Atividade ou ação dominante.
5. Enriquecimento do tecido social.
6. Construção de redes e convenções.
7. Mudanças estruturais.
8. Realidade ampla e complexa.
9. Dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica.

Fonte: BUARQUE (1999); FRANCO (2000) *apud* TENÓRIO (2007); IBAM (2005); TENÓRIO (2007)

Ao analisarmos um megaevento esportivo através das características levantadas no quadro 2, torna-se mais fácil a compreensão se o megaevento esportivo será um facilitador do desenvolvimento local ou não, haja vista que haverá uma discussão mais objetiva em relação ao tema.

Especificamente em relação à cidade do Rio de Janeiro, Rocha e Magalhães (2010, p.3) citam a realização da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 e, que ambos os eventos exigirão “investimentos na infraestrutura da cidade (...) entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões nos próximos seis anos”. Cabe ressaltar que a maior parcela desses investimentos provém da realização dos Jogos Olímpicos, onde o caderno de encargos é mais detalhista sobre os investimentos feitos e deixados para a cidade sede.

Rocha e Magalhães (2010, p.6) relatam que “entre 1986 e 1993, Barcelona sofreu a mais dramática transformação urbana de toda a Europa”. A cidade do Rio de Janeiro espera uma transformação no seu território numa mesma proporção quando comparada a de Barcelona e com a grande expectativa do desenvolvimento da Zona Portuária, encravada no Centro da capital fluminense e local estratégico para o desenvolvimento econômico local.

Raeder (2009, p.1) em relação aos impactos e investimentos de um megaevento esportivo relata que,

instalar a vila olímpica envolve um conjunto de decisões que denotam as estratégias urbanas dos organizadores dos Jogos. Desta forma, pode-se verificar que em alguns Jogos desde Roma 1960 há uma relativa preocupação em integrar a área onde a vila é construída com outras áreas da cidade. Quando isto ocorreu, tratou-se de um esforço de planejamento urbano que contemplou a articulação entre a escala microlocal de produção de espaço com outras como a mesolocal ou mesmo a macrolocal. Tal fenômeno pode ser observado com maior intensidade em Seul 1998 e Barcelona 1992, onde houve grandes transformações urbanas em diferentes escalas por conta dos Jogos. Os investimentos realizados para Pequim 2008 também apontam para uma transformação urbana gigantesca, proporcional às aspirações geopolíticas da potência emergente.

Após a leitura da citação acima e posterior comparação com o quadro 2, que levanta as características do desenvolvimento local, observa-se que através da instalação da cidade do Rio de Janeiro como sede olímpica, será produzido o desenvolvimento local a partir dos

investimentos captados pelo governo para o cumprimento das exigências do caderno de encargos do COI. Segundo Gold (2011), no orçamento divulgado pela cidade do Rio de Janeiro, há uma previsão de U\$ 5,5 bilhões em infraestrutura aérea, rodoviária e ferroviária, U\$ 1,2 bilhões em sistemas de gerenciamento ambiental, U\$ 770 milhões para a infraestrutura elétrica e U\$ 813 milhões para equipamentos de segurança. Cabe ressaltar que, a abrangência das localidades contempladas com esse desenvolvimento está intimamente ligada à estratégia adotada pelos governantes. Ou seja,

### Considerações finais

Um megaevento bem planejado é capaz de ajudar e/ou acelerar o desenvolvimento local. Porém, não é o megaevento o responsável pelo desenvolvimento, mas, sim, um facilitador dele, haja vista a convergência dos poderes público e privado interessados em realizar o evento, assim como, a mobilização de diversas estruturas para a adequação da cidade-sede. Tal fato recai na observação das principais características do desenvolvimento local (quadro 2), sendo que tais características são inerentes aos grandes projetos e serão contempladas através da estrutura necessária a um megaevento.

O ponto central dessa discussão é a grandeza do acesso acarretado a partir da realização dos Jogos Olímpicos. Qual será a parcela da população com acesso àquelas características prescritas acerca do desenvolvimento local? Esse deve ser o ponto de reflexão sobre a questão do desenvolvimento local: a relação entre o montante investido e o quantitativo da população com acesso as novas estruturas proporcionadas pelo planejamento do megaevento. Tal foco será evidenciado através do viés adotado pelos governantes com as estratégias traçadas para os investimentos necessários à realização dos Jogos Olímpicos.

No caso do Rio 2016, o viés adotado pelo Governo Municipal foi o econômico, concentrando os equipamentos esportivos numa área onde o retorno para os investidores é mais confiável. Já em relação a Zona Portuária, o governo pretende valorizar a área buscando investimentos com o intuito de revitalizar uma área que encontra-se degradada. A concentração de investimento será nessas 2 áreas, mas faz-se necessário investimentos nos setores de infraestrutura nas demais localidades. O que recai sobre o explanado no parágrafo anterior. O desenvolvimento local ocorre, porém o montante da população que terá acesso aos benefícios gerados por estes investimentos não corresponde a totalidade dos munícipes.

Ao analisarmos as características do desenvolvimento local, pode-se afirmar que acontece o desenvolvimento local. No entanto, a difícil mensuração daqueles itens faz com que haja objeções a discussão sobre o desenvolvimento local através da realização de megaeventos esportivos.

### Referências

- BARGHCHI, M. *et al.* Sports facilities development and urban generation. *Journal of Social Sciences*. v. 5, n. 4, p.460-465. 2009.
- BUARQUE, S. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília, Instituto Inter-americano para Cooperação na Agricultura (IICA), 1999.
- BURBANK, M. J.. *et al.* Mega-event, urban development and public policy. *The Review of Policy Research*. v. 19, n.3, p. 179-202. 2002.
- COPA do mundo e Olimpíada geram investimento. *Revista Pulpito*. São Paulo, 25 out. 2009. Disponível em: [http://revistapulpito.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&catid=19:esportes](http://revistapulpito.com.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=19:esportes)

- [&id=1631:copa-do-mundo-e-olimpiada-geram-investimentos-&Itemid=124](#) Acesso em: 06 set. 2010.
- FIRJAN. Decisão Rio: investimentos. 2010-2012. Rio de Janeiro, 2009.
- FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Contraponto. 5ª ed. 2009.
- GOLD, J. R. Rio de Janeiro 2016. In: Gold, J. R.; Gold, M. M. Olympic cities: city agendas, planning and the World Games 1896-2016. London, Routledge. 2011. Cap. 19, p. 390-402.
- HILLER, H. H. Mega-events, urban boosterism and growth strategies: an analysis of the objectives and legitimations of the cape town 2004 olympic bid. *International Journal of Urban and Regional Research*. v. 24, n. 2, p.439-458. Jun. 2000.
- HILLER, H. H. Post-event outcomes and the post-modern turn: the Olympics and urban transformations. *European Sport Management Quarterly*. v. 6, n. 4, p.317-332. 2006.
- IBAM. Desenvolvimento local. In: Foro Iberoamericano y Del Caribe sobre Mejores Prácticas. 2005.
- KRONEMBERGER, D. N. P. *et al.* Planejamento para o DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: o caso da bacia do Jurumirim (Angra dos Reis). *Sociedade & Natureza, Uberlândia*, v. 17, n.33, p.45-57, dez. 2005.
- MARTINS, R. A.; CALDAS, E. L. Visões do Desenvolvimento Local: Uma Análise Comparada de Experiências Brasileiras. In: ENAPG, Rio de Janeiro, 2004.
- O EVENTO. Rio 2016. Disponível em: <http://www.rio2016.org.br/os-jogos/o-evento> Acesso em: 05 mar. 2011.
- PLATAFORMA BNDES. Mapa interativo de projetos apoiados pelo BNDES. 2010. Disponível em: [http://www.plataformabndes.org.br/mapas/index.php?c=1&f=consultar&tipofrm=geral&cidade\\_ref\\_1=BR.RJ&cidade\\_ref=BR.RJ.04557&textoBusca=rio+de+janeiro&mostratabela=0](http://www.plataformabndes.org.br/mapas/index.php?c=1&f=consultar&tipofrm=geral&cidade_ref_1=BR.RJ&cidade_ref=BR.RJ.04557&textoBusca=rio+de+janeiro&mostratabela=0) Acesso em: 06 set. 2010.
- PREUSS, H. Economic dimension of the Olympic Games: university lecture on the Olympics. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB). International Chair in Olympism (IOC-UAB). 2002. Disponível em: <http://olympicstudies.uab.es/lectures/web/pdf/preuss.pdf> Acesso em: 3 set. 2010.
- PREUSS, H. The conceptualisation and measurement of mega sport event legacies. *Journal of Sport & Tourism*, v. 12, n. 3–4, p. 207–227. Ago./nov. 2007.
- RAEDER, S. O Jogo das Cidades: impactos e legados territoriais indutores do desenvolvimento urbanos em sedes de megaeventos esportivos. 12º EGAL, Uruguay, 2009. Disponível em: [http://egal2009.easyplanners.info/area05/5464\\_Raeder\\_Savio.doc](http://egal2009.easyplanners.info/area05/5464_Raeder_Savio.doc) Acesso em: 5 dez. 2010.
- ROCHA, C.; MAGALHÃES, L. E. Projeto Rio Cidade Sede. *Jornal O Globo*, Suplemento. 27 nov. 2010.
- ROESCH, S. M. A. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. São Paulo, Atlas, 2009.
- ROCHE, F. P. Gestão desportiva: planejamento estratégico nas organizações esportivas. Porto Alegre, Artmed. 2.ed. 2002.
- STERKEN, E. Growth impact of major sporting events. *European Sport Management Quarterly*. v. 6, n. 4, p.375-389. 2006.
- SILVA, E. L. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Florianópolis, Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. 3. ed. 2001. Disponível em: <http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf> Acesso em: 13 set. 2010.

- TENÓRIO, F. G. Desenvolvimento local. In: TENÓRIO, F. G. Cidadania e desenvolvimento local. Rio de Janeiro, FGV; Unijuí, Ed. Unijuí. 2007. Cap. 2, p.71-104.
- TENÓRIO, F. G. *et al.* Gestão social e desenvolvimento local: uma perspectiva a partir da cidadania deliberativa. In: XXVIII – Encontro da ANPAD, Curitiba. 2004.
- VAZ, J. C.; CALDAS, E. L. Desenvolvimento local e políticas territoriais. In: ENAPG, São Paulo, 2006.